

A habitação como questão entre 1920 e 1965: circulação de ideias e conformação do campo nos *Congresos Panamericanos de Arquitectos*

Housing as an issue between 1920 and 1965: circulation of ideas and shaping of the field in the Pan-American Congresses of Architects

La vivienda como cuestión entre 1920 y 1965: circulación de ideas y conformación del campo en los Congresos Panamericanos de Arquitectos

Camila Ferrari* 

Universidade de São Paulo; Instituto de Arquitetura
e Urbanismo; Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo.
São Carlos (SP), Brasil.
camila.ferrari@usp.br

* Autora correspondente.

CRediT

Contribuição de autoria: Concepção; Curadoria de dados; Análise; Coleta de dados; Metodologia; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição: FERRARI, C.

Conflitos de interesse: A autora certifica que não há conflito de interesse.

Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – Proc. 2014/14452-3.

Aprovação de ética: A autora certifica que não houve necessidade de aprovação de Comitê de Ética.

Uso de I.A.: A autora certifica que não houve uso de inteligência artificial na elaboração do trabalho.

Editores responsáveis: Daniel Sant’Ana (Editor-Chefe); Elane Ribeiro Peixoto (Editora Associada); Ana Elisabete Medeiros (Editora Associada); Sarah A. B. Vencio (Assistente Editorial).

Resumo

Na primeira metade do século XX se verifica a ampliação do intercâmbio de ideias entre arquitetos e urbanistas, sobretudo através de encontros profissionais, onde a questão da habitação ocupa lugar de destaque. Em diversos países da América Latina no mesmo período é possível reconhecer semelhanças na produção da habitação, destacando-se sua compreensão como questão estatal e seu aspecto formal, como conjunto habitacional. Compreendendo a questão da habitação como problema ampliado a uma vasta região, a partir da análise dos *Congressos Panamericanos de Arquitectos*, o artigo discute a circulação de ideias em torno do tema como aporte a processos de institucionalização da produção habitacional em países latinoamericanos, tendo como casos Brasil e Argentina, enfatizando-se o papel da cultura arquitetônica neste processo.

Palavras-Chave: Circulação de ideias; Habitação social; Congressos Panamericanos de Arquitectos; América Latina.

Abstract

In the first half of the 20th century, there was an increase in the exchange of ideas between architects and urban planners, especially through professional meetings, where the issue of housing occupied a prominent place. In several Latin American countries during the same period, it is possible to recognize similarities in housing production, highlighting its understanding as a state issue and its formal aspect as a housing complex. Understanding the issue of housing as a problem extended to a vast region, based on the analysis of the Pan-American Congresses of Architects, the paper discusses the circulation of ideas around the theme as a contribution to processes of institutionalization of housing production in Latin American countries, taking as cases Brazil and Argentina, emphasizing the role of architectural culture in this process.

Keywords: Circulation of ideas; Social housing; Pan-American Congresses of Architects; Latin America.

Resumen

En la primera mitad del siglo XX se produjo un aumento del intercambio de ideas entre arquitectos y urbanistas, especialmente a través de encuentros profesionales, donde el tema de la vivienda ocupa un lugar destacado. En varios países latinoamericanos en el mismo período es posible reconocer similitudes en la producción de viviendas, destacando su comprensión como cuestión de Estado y su aspecto formal, como conjunto habitacional. Entendiendo el tema de la vivienda como un problema extendido a una vasta región, a partir del análisis de los Congressos Panamericanos de Arquitectos, el artículo analiza la circulación de ideas en torno al tema como contribución a los procesos de institucionalización de la producción de vivienda en los países latinoamericanos, tomando como casos Brasil y Argentina, enfatizando el papel de la cultura arquitectónica en este proceso.

Palabras clave: Circulación de ideas; Vivienda social; Congressos Panamericanos de Arquitectos; América Latina.

1 Habitação como questão arquitetônica e política entre 1920 e 1965

A pesquisa histórica do que se convencionou chamar “questão da habitação” mostra que a compreensão da moradia popular como objeto do campo arquitetônico têm início por volta da década de 1920, a partir de quando a realização de encontros profissionais e o desenvolvimento da atividade editorial vinculada ao campo ampliaram o intercâmbio de ideias em diferentes contextos. Dois pontos colocados em debate se destacam: o vínculo entre o projeto da moradia e o urbanismo e o imperativo de se promover habitação a partir da ação estatal. Ao mesmo tempo, chegava-se ao entendimento de que através da habitação se realizava a função social da arquitetura, isto é, a sua participação na melhoria das condições da sociedade.

Paralelamente, ao considerar a produção habitacional em alguns países latino-americanos, sobretudo a partir de 1930, percebe-se que o enfrentamento da questão da habitação foi bastante similar. O estudo organizado por Sambricio (2012) mostra a importância de analisar esta produção como um conjunto, mesmo que se revele, em determinados pontos, específica às condições de cada país ou cidade. No conjunto, dois pontos em comum se destacam. De um lado, o aspecto formal desta habitação, que se identifica com o ideário moderno nos conjuntos habitacionais em grande escala. De outro, o fato de, pela primeira vez, essa habitação ser reconhecida como questão social.

Na América Latina “por meio da arquitetura, vanguarda¹ e Estado confluem na necessidade de construir uma cultura, uma sociedade e uma economia nacionais” (Gorelik, 2005b, p. 16). Essa compreensão é fundamental para entender como temas pertinentes ao campo da arquitetura, como o aspecto formal da habitação, ao qual se vinculou uma perspectiva de produção em grande escala nos conjuntos habitacionais, “estiveram vinculados às dinâmicas de integração do país no sistema capitalista”, através de sua associação ao desenvolvimento industrial, por exemplo (Aravecchia-Botas, 2016, p. 31). Nosso trabalho se solidariza a Gorelik (2005b), Martins (1998), Botas (2011), Ballent (2005) e Aboy (2005) na compreensão de que entre as décadas de 1920 e 1960 houve um encontro entre política e cultura profissional, que implicou diretamente o enfrentamento da questão habitacional.

Segundo Gorelik (2005b), na década de 1930 o Estado e a arquitetura encontram-se nos países latino-americanos para “pôr à prova os postulados da vanguarda elaborados na década anterior”. Martins (1998) analisa a relação estabelecida entre o Estado brasileiro pós-1930 e a cultura arquitetônica de vanguarda² e revela um esforço de superação da divisão entre arte e técnica, que leva a arquitetura a integrar-se ao processo de transformação social. A cidade se torna o objeto de trabalho a ser reorganizado em favor

¹ Refere-se ao conjunto de postulados derivados dos movimentos artísticos conhecidos como “vanguardas históricas”, que surgiram na Europa no início do século XX, que romperam com a tradição cultural do século anterior.

² A corrente teórica e historiográfica encabeçada por Manfredo Tafuri ao final dos anos 1960, em sua “crítica à ideologia” afirmou que “pelo caráter construtivo da arquitetura, a arquitetura de vanguarda não pode existir”. Gorelik (2005b, p. 20-23) analisa, porém, como, a partir da centralidade da arquitetura na construção da cidade e da sociedade latino-americana, a noção de vanguarda pôde ser revisada, apresentando “as dialéticas da vanguarda”: a que conduziu da “vanguarda à metrópole” e aquela entre história e projeto, e defendendo, portanto, a validade de se reconhecer a “arquitetura como pólo positivo da dialética produtiva da vanguarda” e a América Latina como pólo positivo em sua dialética espacial, “onde a construção, mais que possível, aparecia como inevitável”. Neste artigo, apoiado em Gorelik (2005b), os termos “vanguarda arquitetônica” ou “cultura arquitetônica de vanguarda” referem-se aos arquitetos modernos do Brasil e da Argentina.

da coletividade, onde, de acordo com Botas (2011, p. 19), a vanguarda arquitetônica alinha “seus interesses específicos ao projeto de modernização empreendido pelo Estado”. Ballent (2005) defende a noção de “tangência” para pensar o vínculo entre técnica e política na década de 1940, compreendendo-as como duas linhas autônomas que se tocam em um ponto, embora tenham percursos diferentes. De maneira análoga, Aboy (2005) compreende que nesta convergência os interesses de ambos os campos se validaram mutuamente, materializando-se nas distintas linguagens formais dos projetos habitacionais.

Neste encontro, os dois mundos, o político e o arquitetônico, falaram sobre o mesmo problema, mas com linguagens distintas, e ambos, o projeto político e a proposta espacial, uniram interesses para transformar os modos de habitar do povo. Tanto os governos, que deram importância à modernização de seus países, como o arquiteto, que foi consciente do papel protagonista que deveria assumir no crescimento da cidade e melhoramento da moradia do homem moderno, estiveram marcados por um consciente objetivo pedagógico realizado através dos conjuntos habitacionais, como instrumentos modernizadores [...]. (Pino, 2011, p. 117, tradução nossa)

Embora as condições técnicas, políticas e culturais de cada país fossem distintas, é possível considerar que o fenômeno social correspondente à questão da habitação e sua percepção e enfrentamento por Estados e arquitetos atravessavam as fronteiras nacionais. Sob esta perspectiva, este trabalho foi desenvolvido a partir de uma abordagem transnacional (Barros, 2014), que considerou as trocas culturais e redes de interlocução no período. Defendemos que a circulação de ideias sobre habitação entre as décadas de 1920 e 1960 deu aporte a processos de institucionalização da produção habitacional, tendo como exemplo uma parte deste universo: Brasil e Argentina³.

A forma como ocorreu a institucionalização da produção habitacional pelo Estado nos dois países no período foi bastante diferente. Enquanto no Brasil, a partir de 1937 se estabelece uma “política previdenciária de habitação”, isto é, uma política de promoção habitacional baseada na aplicação dos fundos da previdência social, na Argentina se consolida em 1946 uma política nacional de habitação estruturada a partir da atuação de órgãos especializados e da organização do sistema bancário (Bonduki, 1998; 2014; Ballent, 2005; Ferrari, 2018). Desses processos, em ambos os países, resultou a pioneira produção de conjuntos habitacionais sob uma perspectiva de grande escala, moderna e funcional, destinada prioritariamente aos trabalhadores.

Ao analisar a produção habitacional estatal, o trabalho considerou os profissionais de arquitetura e urbanismo como atores sociais que buscaram concretizar a função social da arquitetura, realizada na habitação. Esta compreensão do papel da cultura técnica e profissional no quadro de institucionalização da produção habitacional pelo Estado e em como se processa a produção habitacional entre as décadas de 1930 e 1960 está diretamente relacionada à concepção de “Estado ampliado” de Antonio Gramsci⁴. O autor define um conceito de Estado que engloba, tanto a Sociedade Política quanto a Sociedade

³ Dois aspectos principais embasaram a escolha dos dois países: por um lado, o contexto político de valorização do trabalhador, que peronismo e varguismo parecem concretizar de modo mais complexo que outros governos no período e, por outro, as características dos processos de industrialização, urbanização e metropolização por que passam as duas cidades mais importantes de cada país no período, respectivamente São Paulo e Buenos Aires.

⁴ Como apoio e aporte às leituras de Gramsci, utilizaram-se as leituras dos intérpretes Hugues Portelli (1977), Carlos Nelson Coutinho (1989; 1992) e Sônia Regina Mendonça (2007).

Civil “em permanente interação e interconexão” (Mendonça, 2007, p.6). Essa estreita colaboração leva a uma “ampliação do conceito de Estado, entendido como o conjunto dos órgãos, qualquer que seja seu estatuto formal –organizações privadas ou aparelho de Estado–, através dos quais é exercida a influência do grupo dominante” (Portelli, 1977, p. 34).

Arrisca-se a compreensão de que o conceito de Estado ampliado oferece uma alternativa à noção do Estado como cooptador do profissional arquiteto, em especial a vanguarda arquitetônica, como a historiografia por muito tempo apresentou tanto para o caso de Vargas no Brasil, quanto para o de Perón na Argentina (Fausto, 1988; Cirvini, 2012). Embora não se compreenda a categoria como classe, é possível pensá-la como um dos vários atores em disputa no campo político. Considera-se que a interação entre arquitetos e Estado *ampliado* contribuiu para que no Brasil arquitetos e engenheiros ocupassem espaços importantes no aparato estatal reorganizado por Vargas, não apenas no setor técnico, como também administrativo, vinculando-se a projetos de habitação e cidade (Aravecchia-Botas, 2016), e na Argentina se definisse uma relação entre arquitetos e Estado não existente até o estabelecimento do peronismo, com ampliada atuação junto à obra pública (Rigotti, 2014) e, sobremaneira, aos projetos de habitação e grandes planos de urbanização.

2 O debate sobre a habitação na América Latina: função social, ação estatal, produção em grande escala e planejamento

As primeiras décadas do século XX são marcadas por debates acerca das novas possibilidades, bem como das novas necessidades das cidades e do homem que nelas habita. Na América Latina os debates ocorrem através do trânsito de profissionais, da circulação de periódicos, da formação e fortalecimento de associações profissionais e, sobretudo, da realização de congressos profissionais. Em 1920 a *Sociedad de Arquitectos del Uruguay*, sob a direção de Horacio Acosta y Lara, organizou em Montevideu o primeiro dos “*Congresos Panamericanos de Arquitectos*” (CPAs), segundo Atique (2007, p. 48), “os principais fóruns de debates dos arquitetos no continente americano, antecipando, em certo sentido, e encontrando muitas vezes mais prestígio do que os contemporâneos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna” (CIAMs). É interessante notar que o primeiro CPA é realizado antes do primeiro CIAM (1928), e, mais importante, que alguns temas foram discutidos em ambos os espaços, com destaque para os debates sobre a própria profissão e a questão habitacional, sendo possível afirmar que boa parte das colocações em torno do tema da habitação nos CPAs, tais como a racionalização e a padronização dos elementos e processos construtivos e a associação entre o projeto da moradia e o urbanismo, relacionavam-se ao ideário moderno.

Conforme coloca Gorelik (2005b, p. 17), a “força da circulação de ideias na modernidade” elimina a noção de influência como via de mão única entre um modelo central e sua periferia. Acompanhar particularmente as discussões nos CPAs realizados nos anos entre 1920 e 1965 permite destacar as preocupações dos profissionais do continente e a evolução das questões da arquitetura concomitantemente à evolução urbanística e técnica e à compreensão das questões sociais e culturais, com especial interesse na questão habitacional. Ao considerar as especificidades locais e regionais pode-se ainda compreender a multiplicidade de questões aqui atribuídas à atuação do arquiteto, bem como o desenvolvimento do próprio campo profissional.

O trabalho se apoiou nas atas de congressos profissionais do continente, nomeadamente os CPAs (1920-1965), mas também o *Primer Congreso Argentino de la Habitación* (1920), o *Primer Congreso Argentino de Urbanismo* (1935), o *Primer Congreso Panamericano de Vivienda Popular* (1939), o Primeiro Congresso da Habitação (1931), o Primeiro Congresso de Urbanismo (1941), que constituem fonte primária de informação sobre a circulação de ideias no período, e em periódicos especializados publicados na Argentina e no Brasil entre as décadas de 1930 e 1960 como: "*Nuestra Arquitectura*", "*Revista de Arquitectura*", "*La Habitación Popular*", "*Acrópole*", "*Revista de Arquitetura*" e "*Arquitetura e Urbanismo*".

É possível distinguir dois momentos particulares desta articulação em torno da questão habitacional em função dos temas priorizados. O primeiro é marcado especialmente pela distinção da habitação como questão social e vai de 1920, ano do primeiro CPA, até 1939, ano do *Primer Congreso Panamericano de Vivienda Popular*. O segundo momento, marcado principalmente pelo tema do planejamento e sua relação com a produção habitacional, se inicia em 1940 e segue até 1965, ano do XI CPA, o primeiro realizado em solo não latino-americano, atestando as mudanças que se seguiram no campo da habitação.

2.1 Habitação como questão social

Em Gutiérrez, Tartarini e Stagno (2007, s/p, tradução nossa) encontramos os CPAs como o mais importante espaço de reunião dos arquitetos americanos durante o século XX: “eles testemunham as preocupações, debates e reflexões dos arquitetos da América integrados profissionalmente em seus respectivos países e ratificam a vontade de pensar desde a profissão as problemáticas globais e regionais”. O contexto denota mudanças, em que os valores culturais europeus e o ensino academicista da arquitetura são questionados, principalmente em função da Primeira Guerra Mundial, ao mesmo tempo em que profissionais locais se expressavam em favor de arquiteturas nacionais e do estudo da história da arquitetura e das cidades americanas, colocando a “necessidade de intercâmbio de ideias”, de discussão dos distintos métodos de ensino, de problemas comuns aos diferentes países e a “oportunidade de lutar pela dignidade profissional” (Los Congresos Panamericanos..., 1927, p. 305, tradução nossa). Os temários incluíram ao longo dos anos uma série de problemáticas enfrentadas pelos arquitetos americanos, entre as quais a questão da habitação figura desde a primeira reunião.

Quatro CPAs são realizados entre 1920 e 1930, havendo um hiato de dez anos até o quinto congresso. É interessante notar que apesar da motivação inicial das reuniões – discutir o papel e a atuação do profissional arquiteto – o tema da habitação ganha espaço importante. A relevância da questão habitacional veio de seu reconhecimento como questão social resultante dos processos de modernização e expansão urbana por que passavam as grandes cidades da região no início do século XX, o que exigia proposições por parte dos arquitetos e urbanistas.

A Argentina se sobressai na América Latina como ponto nevrálgico da discussão sobre a produção habitacional desde os primeiros anos do século XX. Tendo como pano de fundo no cenário internacional, o pós-primeira guerra e, no cenário nacional, o aumento do custo de vida, que em 1920 alcançava um nível bastante elevado, o Museo Social Argentino organizou em 1920 – antes do primeiro CPA – o *Primer Congreso Argentino de la Habitación*.

A importância deste congresso reside não apenas em seu pioneirismo como espaço de discussão, mas no fato de que o tratamento da questão habitacional foi já neste momento extrapolado e compreendido como uma questão urbanística. Era a primeira vez que estas duas questões chaves para o desenvolvimento urbano, a moradia e o urbanismo, eram articuladas (Collado, 2011). Foram também colocados em pauta pontos que seriam alvo de debates profissionais posteriores, como as condições necessárias à moradia mínima, o uso de novos materiais e a construção massiva de habitações. Foram discutidas também medidas financeiras necessárias para facilitar a aquisição da casa pelos trabalhadores e colocados argumentos pela construção de casas individuais ou coletivas. As conclusões apontaram para um compromisso do Estado para com a construção de casas econômicas, prevendo-se a expropriação de terrenos vazios para a construção de moradias, o incentivo à iniciativa privada e ao desenvolvimento de cooperativas de construção (Zanzottera, 2013).

No Primeiro CPA a atuação da iniciativa privada também foi abordada, concluindo-se que a solução para a falta de moradias nas grandes cidades da América viria de um trabalho conjunto entre Estado e setor privado, reconhecido como principal responsável até então pela produção de “casas baratas”, mas constatando-se o imperativo da atuação estatal tanto em termos legais, quanto operacionais e financeiros. Com o passar dos encontros, cada vez mais relevância foi dada ao papel do Estado na solução da questão habitacional, havendo uma concordância de que a iniciativa privada sozinha não poderia resolver a questão. O incentivo à ação privada, porém, seria recorrentemente abordado pelos profissionais como possibilidade de ampliação da oferta de moradias. Outro ponto a se destacar no primeiro encontro é a indicação para a construção de moradias coletivas nos centros urbanos mais povoados, valendo ressaltar a pertinência do debate ao Movimento Moderno em um momento em que o edifício multifamiliar era ainda uma novidade (Atique, 2007). Também este tema seria retomado em outros encontros e em publicações que discutiam a oposição entre a moradia unifamiliar ou multifamiliar.

Interessa-nos pontuar entre as conclusões do segundo CPA, realizado em Santiago do Chile em 1923, o entendimento do Estado como responsável por “fomentar e ajudar a criação de indústrias de materiais e elementos de construção, que se submetam a determinados tipos, classes e dimensões, buscando a produção em série de tipos standardizados” (II Congreso Panamericano..., 1923, p. 81, tradução nossa). A adoção da padronização e da produção em série na construção de habitações encontrava ainda dificuldades de implementação nos países pouco industrializados, mas seria importante à solução da questão habitacional numa perspectiva de produção massiva na década de 1940.

Ressalta ainda a seguinte conclusão: “a fim de estimular a edificação e fomentar a previdência social [...] recomenda-se em todo continente a instituição de Seguro-Habitação mediante a formação de *Cajas Patronales* constituídas com aporte direto das empresas, do Estado e dos empregados que resultem beneficiados (II Congreso Panamericano..., 1923, p. 81, tradução nossa). Em janeiro de 1923 havia sido promulgada no Brasil a Lei Eloy Chaves⁵, que criou as primeiras “Caixas de Aposentadoria e Pensões”, “com aporte direto das empresas, do Estado e dos operários e empregados”, tal qual indicado nas conclusões do II CPA, ficando evidente a afinidade entre os debates

⁵ BRASIL. Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923. “Cria, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados.” Rio de Janeiro, DF, 24 jan. 1923.

brasileiro e regional quanto às questões social, trabalhista e habitacional. A partir de 1937⁶ Vargas determina que os fundos previdenciários sejam usados para construir moradias para os trabalhadores através dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), fazendo desta a principal política habitacional até a década de 1960.

Nas conclusões do terceiro CPA, que ocorreu em 1927 em Buenos Aires, fica também evidente a relação entre o contexto argentino, em termos das realizações no campo da produção habitacional, e o debate realizado no congresso. Entre as conclusões se propôs para cada país “a criação de comissões oficiais de casas baratas”, a aprovação de leis que regulassem a ação de cooperativas, mutualidades e sociedades edificadoras de construção de casas econômicas e a “fundação em todos os países americanos de Museus Sociais organizados com o fim de estudar e buscar a solução dos problemas jurídicos, econômicos, técnicos e sociais relacionados com a habitação” (III Congresso Panamericano..., 1927, p. 315, tradução nossa). Desde 1915 a produção estatal de moradias econômicas era realizada na Argentina pela *Comisión Nacional de Casas Baratas* (CNCB) e desde antes disso atuavam no país cooperativas de construção de moradias, a mais importante, a Cooperativa “*El Hogar Obrero*”; desde 1911 o Museo Social atuava no país, estabelecendo um instituto de estudo e ação social.

Segundo Huapaya Espinoza (2015), a proposta de execução de planos reguladores para as grandes cidades ganhou força desde o final da década de 1920, evidenciando a noção de que se ampliavam as funções do arquiteto à escala do projeto urbanístico. O IV CPA, que aconteceu no Rio de Janeiro em 1930, indicou que o estudo do problema das casas econômicas fosse realizado em relação a planos de transformação e desenvolvimento das cidades e a partir de então a integração entre projeto habitacional e urbanismo será amplamente discutida nos congressos profissionais. Vale destacar que a corrente moderna é oficialmente assumida pelo Instituto Central de Arquitetos após o IV CPA, anunciando um novo momento da profissão, que inclusive levará à reformulação da associação no Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) em 1934⁷. Em 1931 a Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) assume uma aproximação com o ideário moderno, introduzindo o urbanismo como componente indissociável do projeto de arquitetura. Em 1933 ocorre a regulação do exercício das profissões de arquiteto e engenheiro⁸.

⁶ BRASIL. Decreto nº 1.749, de 28 de junho de 1937. “Aprova novo regulamento para a aquisição de prédios destinados à moradia dos associados e à sede dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões”. Rio de Janeiro, DF, 28 jun. 1937. É válido mencionar que no mesmo ano, o Decreto-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937, regulamenta o loteamento de terras e sua venda/ aquisição através de prestações, facilitando nesse sentido a posse da propriedade ao trabalhador, onde este construiria a própria casa. A autoconstrução da casa própria aparece, portanto, como uma segunda linha de ação no enfrentamento da questão habitacional.

⁷ Em 1921 se constituiu o Instituto Brasileiro de Arquitetos, cujos primeiros anos foram dedicados à preocupação com o exercício profissional. Divergências de interesses levaram a uma divisão do grupo original, mas, logo se percebeu que a existência de duas entidades representava um enfraquecimento para a afirmação da profissão e em 1924 as duas se unem no Instituto Central de Arquitetos.

⁸ BRASIL. Decreto nº 23.569 de 11 de dezembro de 1933. “Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor”. Rio de Janeiro, DF, 11 de dezembro de 1933 – O decreto cria ainda o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e os primeiros oito Conselhos Regionais a ele subordinados, constituindo-se a partir de então o sistema CONFEA/CREAs.

Nos anos de hiato dos CPAs realizaram-se nos países americanos diversos encontros ligados aos temas do urbanismo e da habitação⁹, entre os quais alguns realizados no Brasil e na Argentina. Embora ainda sob um viés conservador, em 1931 foi promovido pela Divisão de Arquitetura do Instituto de Engenharia de São Paulo o Primeiro Congresso de Habitação, que reuniu um grupo heterogêneo formado por membros do governo, entidades públicas e privadas, universidades e instituições vinculadas ao desenvolvimento urbano. Convém destacar a participação do arquiteto argentino Raul Pasman, que apresenta a tese “Casas Baratas”, a respeito da solução para o problema da moradia na Argentina. Identificou-se no congresso a necessidade de promover ações em prol do aumento da provisão habitacional através de novas tecnologias e métodos organizados de produção. A moradia coletiva, no entanto, não era ainda uma opção. (Primeiro Congresso de Habitação, 1931)

O estigma dos cortiços e *conventillos* ainda afastava a ideia do edifício multifamiliar como local adequado à moradia naqueles anos, em função de aspectos sanitários, devido à concentração urbana, sociais, devido ao temor pela disseminação do comunismo nos espaços comuns, e morais, com importante crítica da Igreja Católica. Contudo, na década de 1930 ganhava força a questão econômica associada à produção de um maior número de unidades e à diminuição do custo da unidade em função do preço da terra vinculado à verticalização e, logo, à moradia coletiva.

Em 1935 realiza-se o *Primer Congreso Argentino de Urbanismo*, cujo ponto alto foi a exposição de um conjunto habitacional construído em Mendoza, com blocos de três pavimentos, totalizando 576 unidades, e equipamentos coletivos (Informaciones del Primer..., 1935). Além do uso da moradia coletiva, ficava explícita a vinculação do projeto habitacional ao campo do urbanismo, ganhando destaque o tema da organização funcional da cidade.

A contundência com que era colocada a questão da habitação social nos debates latino-americanos, enfatizada tanto pelos profissionais, quanto por diversos governos ao longo da década de 1930, culminou na formação de um espaço específico de discussão sobre o tema em 1939 em Buenos Aires, o *Primer Congreso Panamericano de Vivienda Popular*. O discurso realizado pelo então vice-presidente argentino Ramón Castillo¹⁰, intitulado “*La vivienda y la acción del Estado*” é fundamental para entender como o Estado argentino compreendia a questão habitacional naquele momento e elucidativo da concepção adotada por outros governos no período. O vice-presidente destaca a existência de leis argentinas sobre o tema da moradia, compreendendo-as, juntamente com a legislação de assistência social, como um complemento às leis trabalhistas.

Outro discurso importante foi pronunciado naquele momento que precede o encontro pelo então Ministro de Relações Exteriores, José Maria Cantilo. O ministro ressalta que a moradia social é uma questão governamental, mas que sua solução necessita de colaboração multidisciplinar: dos sistemas financeiro e econômico, da arquitetura e do urbanismo, da higiene, do direito, da educação e da assistência social e afirma:

⁹ Pode-se mencionar o Congresso Internacional de Americanistas (Lima, 1937), o Congresso Internacional de Planificação e Habitação (México, 1938) e o Congresso Internacional de Arquitectos (Washington, 1939).

¹⁰ Nos meses que antecederam o Primer Congreso Panamericano de Vivienda Popular, entre janeiro e agosto de 1939, através das estações de rádio argentinas del Estado, Splendid e Cultura, foi realizada como parte das atividades preparadas pela Comissão Organizadora do congresso uma série de conferências cujo conteúdo traz algumas considerações de interesse.

É lógico, pois, que os governos tenham um interesse positivo, antes de iniciar ou prosseguir seus esforços no plano nacional, em conhecer a fundo as gestões que se realizam no mesmo sentido em outros países, aproveitando como possível a experiência alheia; e que ditem de entrar em contato, por meio de seus experts na matéria, para elucidar em comum as fórmulas gerais mais adequadas para uma boa política nacional de casas baratas. E ambos os propósitos são alcançados mediante reuniões internacionais. (Cantilo, 1939, p. 13, tradução nossa)

Todos os governos americanos foram convidados a participar do *Primer Congreso Panamericano de la Vivienda Popular*. A delegação brasileira foi formada por profissionais vinculados a instituições-chave não apenas para a produção da habitação popular, mas ligados à indústria da construção e ao urbanismo: Rubens Porto (MTIC); Francisco Baptista de Oliveira¹¹ (Clube de Engenharia; Sindicato Nacional de Engenheiros), Plínio Cantanhede (presidente do IAPI) e Paulo Accioly de Sá, (Divisão de Indústria da Construção no INT). É relevante o fato de esta delegação, conforme Portaria do MTIC de agosto de 1939¹², ter sido “financiada pelos seis IAPs subordinados a este Ministério, aos quais interessam grandemente os resultados que é lícito esperar daquele certame”.

A delegação argentina teve forte presença da Corporação de Arquitectos Católicos e apresentou como solução para a questão habitacional a casa própria unifamiliar, postura totalmente diferente daquela sustentada no próprio congresso, que tratou largamente da construção de moradias coletivas e conjuntos habitacionais, além da unidade mínima adequada à família operária. Vale mencionar as recomendações da "Comissão de Aspectos Sociais" de que "todo conjunto de casas baratas, composto por casas individuais ou coletivas, próprias ou alugadas, fosse complementado com instalações de assistência médica e social, cultural e esportiva" e, da "Comissão de Urbanismo e Moradia Popular", cujo presidente era o brasileiro Francisco Baptista de Oliveira, de que “todo plano de habitação popular deve ser encarado como um plano urbanístico e, portanto, como parte integrante de um plano regulador e regional”. (Primer Congreso Panamericano..., 1939, p. 509, tradução nossa)

Dois anos depois, Oliveira presidiu a Comissão Organizadora do Primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo, organizado pelo Departamento de Engenharia do Centro Carioca. Apesar de realizar-se em 1941, este congresso pode ser incluído no primeiro período de articulação profissional, pois as suas conclusões foram as mesmas da citada "Comissão de Urbanismo e Moradia Popular", coincidência que pode ser atribuída à própria atuação de Oliveira nos dois encontros. Ao final do Congresso o projeto da habitação foi assumido como questão urbanística, ganhando importância no âmbito da política trabalhista de Vargas. É relevante a presença do próprio presidente ao final do encontro, em um gesto de demonstração de que o Estado estava disposto a colaborar para a implementação de conclusões e decisões tomadas pelos congressistas (Bonduki, 1998; Feldman, 2008).

¹¹ Em 1940, Oliveira apresenta no Instituto de Engenharia de São Paulo a palestra “A casa proletária brasileira”, baseada em sua tese e apreciação do Congresso de 1939, em que se destacam as conclusões da “Comissão de Urbanismo” do Congresso para a solução do problema da casa popular.

¹² RIO DE JANEIRO. 22 de agosto de 1939. Portaria SCsm-138, de 30 de agosto de 1939. DOU, Seção 1, 01 set. 1939, Rio de Janeiro.

É possível afirmar que no quadro latino-americano o debate profissional entre 1920 e 1939 demarca um período de amadurecimento sobre o tema da moradia. A habitação era reconhecida como questão a ser enfrentada pelo Estado e o projeto habitacional era definitivamente integrado ao campo do urbanismo, tema que deu a tônica aos encontros realizados a partir de 1940.

2.2 Planejamento e produção habitacional

Segundo Atique (2005, p. 1), se até 1940 os CPAs mostravam “uma pluralidade de pensamento e opções ideológicas, políticas, estéticas e construtivas entre os arquitetos”, a adesão ao movimento moderno – tendo como forte componente a associação entre urbanismo e habitação – garantiu certa homogeneidade às discussões posteriores. Para Feldman (2014) desde 1940 é possível verificar uma correspondência direta entre as decisões tomadas nos CPAs e nas Conferências Interamericanas¹³ ao longo das décadas de 1940 e 1950, atestando também essa homogeneidade do debate. Em 1940 no V CPA, que aconteceu novamente em Montevideu¹⁴, o urbanismo e sua relação com o crescimento das cidades foi o principal tema em discussão, com conclusões similares às do *Congreso Panamericano de Vivienda Popular*.

É relevante ao longo da década de 1940 o debate quanto à melhor forma de acesso à moradia. Uma ala dos profissionais entendia a aquisição da casa própria como meio de resolver não apenas a questão habitacional, mas também outras questões sociais, enquanto outra defendia a locação das unidades como forma de facilitar o acesso à moradia; a locação era quase sempre associada à moradia coletiva. Em texto de 1946, José Pastor afirma que a casa própria unifamiliar era possível especialmente nas áreas suburbanas onde o preço da terra permitia a compra do lote e a ocupação com densidades menores, enquanto nas áreas urbanas consolidadas, onde o preço da terra era maior, era preferível a propriedade horizontal em edifícios multifamiliares. A *Ley de Propiedad Horizontal* é aprovada na Argentina em 1948¹⁵.

Desde que assume a Secretaria do Trabalho em 1943 Juan Perón dá início a uma política de aproximação com a classe trabalhadora em que a habitação aparece como condição básica para garantia da dignidade da família operária. Durante o peronismo, entre 1946 e 1955, a habitação é admitida como símbolo da justiça social que se buscava garantir ao trabalhador, sendo promovida diretamente em conjuntos habitacionais, e indiretamente, com subsídios à autoconstrução unifamiliar. Para tanto se reorganizou o sistema bancário, com a admissão do *Banco Hipotecario Nacional* como principal órgão promotor financeiro da política habitacional e foram constituídos diversos órgãos promotores técnicos – como a *Administración Nacional de la Vivienda*, a *Dirección de Vivienda* do Ministério de Obras Públicas (MOP) e a *Dirección de Vivienda* da Municipalidade de

¹³ “Ao longo das décadas de 1940 e 1950 as Conferências Interamericanas como órgão supremo da OEA são os fóruns onde planejamento e habitação na perspectiva da metrópole da América Latina toma forma –em conteúdo e em estrutura institucional”. (FELDMAN, 2014, p. 136)

¹⁴ As dificuldades econômicas e a crise política por que passam diversos países do continente empurram a realização do V CPA, que deveria realizar-se em 1933, para 1940. No congresso anterior se havia decidido que a cidade sede seria Havana, porém o contexto de crise associado ao advento da Segunda Guerra Mundial inviabiliza a realização da reunião em Cuba, de modo que esta se realiza novamente no Uruguai, que contava com uma conjuntura mais favorável: naquele momento eram arquitetos o presidente do Uruguai (Alfredo Baldomir) e o intendente de Montevideu, o arquiteto Horacio Acosta y Lara, um dos idealizadores dos 1º CPA.

¹⁵ ARGENTINA. Ley nº 13.512, de 1948. “Régimen de Propiedad Horizontal”. Buenos Aires, 1948.

Buenos Aires. Para Aboy (2005, p. 72, tradução nossa) os novos órgãos permitiram à equipes técnicas “cristalizar em suas obras seus programas teóricos, e por sua parte, o governo encontrou nelas os instrumentos para materializar sua política social”. A regulamentação das profissões de arquiteto e engenheiro ocorreu em 1944¹⁶, percebendo-se na década de 1940 a gradual substituição de engenheiros por arquitetos em posições-chave no interior do aparato estatal, com progressiva valorização do exercício da profissão na função pública¹⁷ (Rigotti, 2014).

Após a Segunda Guerra é possível constatar que se opera uma profunda tomada de consciência sobre a dimensão social do elevado déficit de moradias no continente e a urgente necessidade de enfrentá-lo. Chama a atenção no VI CPA, que acontece em 1947 em Lima, justamente a “discussão sobre a função social da arquitetura e a responsabilidade do arquiteto”, entendendo-se que o enfrentamento da questão habitacional através de aspectos técnicos, econômicos e sociais era o papel a ser desempenhado por estes profissionais (Huapaya Espinoza, 2015, p. 68). O conceito de planejamento é incorporado aos discursos, associado ao projeto desenvolvimentista proposto no pós-guerra em que a América Latina e a “cidade latino-americana” figuram como objeto de estudos entre os profissionais do mundo ocidental. Por fim, vale mencionar a necessidade de “formação de Organismos Nacionais e Pan-americanos de Planejamento” percebida pelos profissionais presentes¹⁸ (Congreso Panamericano..., 1947, p. 435, tradução nossa).

Desde o VII CPA em 1950, que aconteceu em Havana, o “plano” é debatido e compreendido como meio mais adequado para o desenvolvimento das cidades americanas e “a preocupação pelo urbanismo como solução aos problemas da cidade se

¹⁶ ARGENTINA. Decreto-Ley nº 17.946 de 07 de julho de 1944. “Reglamentación del ejercicio de la agrimensura, arquitectura e ingeniería en la capital federal y territorios nacionales”. Buenos Aires, 07 de julho de 1944. O Artigo 13º cria os respectivos conselhos profissionais, entre eles o *Consejo Profesional de Arquitectura y Urbanismo*.

¹⁷ A Sociedade Central de Arquitetos (SCA), criada em 1886, aceitava como sócios apenas os profissionais que trabalhassem de forma independente. Desse modo, embora o Estado lançasse concursos e concorrências para a execução da obra pública, esta era realizada majoritariamente por arquitetos estrangeiros e engenheiros. O trabalho na administração pública, na visão da associação, comprometia os direitos de propriedade artística do arquiteto, além de implicar em uma arquitetura de baixa qualidade em função das restrições orçamentárias e dos interesses próprios do Estado. Contudo, nas primeiras décadas do século XX alguns fatos relevantes no âmbito profissional indicaram a necessidade de revisão dos critérios de admissão de novos associados e de reavaliação da atividade profissional. Na década de 1910 a SCA se viu diante da progressiva incorporação dos graduados “arquitetos” na Escola de Arquitetura da UBA –até então se formavam “engenheiros-arquitetos”– e na década de 1920 a grande mudança vem com a perspectiva de função social diante dos problemas advindos dos processos de modernização e urbanização, em especial na capital Buenos Aires, ao tratar de questões como a produção habitacional, o que era percebido até então como uma contradição da prática liberal defendida pela SCA.

¹⁸ Não foram ainda encontradas evidências de qual o alcance dessa resolução, mas de fato, uma série de órgãos de cooperação continental foram criados a partir de 1947. A Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), foi organizada pela ONU em 1948 com a missão de promover o crescimento econômico regional mediante o desenvolvimento de estudos e assessoria técnica aos governos latino-americanos e se tornaria a principal fonte de informação e análise sobre a realidade econômica e social latino-americana, encabeçando uma agenda comum a diversos países em que o planejamento é o conceito-chave que atribui consistência e sistematicidade às proposições do “desenvolvimentismo” nos anos 1950. Em 1951 a OEA estabeleceu em Bogotá o International Housing and Planning Center, conhecido pela sigla em espanhol CINVA (Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento Urbano). Fundamental do ponto de vista da institucionalização da questão habitacional em âmbito continental, o CINVA atua em ensino, pesquisa, intercâmbio e assistência em habitação, arquitetura e urbanismo. Em 1956, durante um seminário sobre ensino da planificação, realizado em Porto Rico sob os auspícios das Nações Unidas e da OEA, foi criada a Sociedad Interamericana de Planificación (SIAP), cujo principal objetivo é coordenar estudos e estimular a aplicação do planejamento integral. Em 1962 foi criado o Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (ILPES), organismo da CEPAL dedicado a planejamento, gestão pública e capacitação, que teve papel importante na formação de quadros técnicos governamentais na região.

estendeu ao planejamento urbano e rural e ao planejamento integral¹⁹, marcando um eixo temático que terá seu auge nos congressos dos anos 1960 e 1970” (Gutiérrez; Tartarini; STAGNO, 2007, p. 72). O “planejamento integral dos espaços de habitação” é compreendido como a resposta aos problemas sociais que enfrentavam as cidades americanas naquele momento. Apostava-se que o desenvolvimento dos países latino-americanos ocorreria por meio de uma injeção de políticas de reforma e de um planejamento preciso, o que era instrumentalizado desde 1948 pela *Comisión Económica para América Latina y el Caribe* (CEPAL). Neste congresso é criada a “Federação Panamericana de Associações de Arquitetos” (FPAA).

O oitavo e o nono CPAs, realizados na cidade do México em 1952 e em Caracas em 1955, têm em comum o enfoque no planejamento e na função social da arquitetura, sendo seus títulos, respectivamente, “O planejamento e a arquitetura nos problemas sociais da América” e “A função social do arquiteto: o arquiteto e o planejamento”. Das conclusões do VIII CPA é importante mencionar o reconhecimento do *Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento Urbano* (CINVA), recém criado em Bogotá, como organismo permanente e entidade realizadora das resoluções aprovadas em congressos profissionais referentes ao tema da habitação. Entre as conclusões do IX CPA destaca-se a indicação pela a criação do “Banco Privado Interamericano de Fomento à Moradia de Interesse Social”. É a primeira vez que aparece o termo “moradia de interesse social” – *vivienda de interés social* – nos CPAs. A proposta de criação do banco considerava que a ação isolada de cada país da América Latina era incapaz de atenuar o elevado déficit de moradias. Outras duas conclusões do IX CPA são significativas para a compreensão da circulação de ideias no período: a primeira recomenda a garantia de intercâmbio de informações através da FPAA, buscando facilitar a troca de experiências e dos resultados obtidos nos diversos países; a segunda propõe solucionar a questão da moradia mediante a planificação integral, a simplificação de métodos e a aplicação de processos como a pré-fabricação, a industrialização e a produção em massa para abastecer mercados comuns, com auxílio da CEPAL nos processos de intercâmbio. Vale citar ainda uma conclusão que se relaciona diretamente às proposições colocadas pelo Team X no IX CIAM (1953): declara-se que a moradia não se justifica isoladamente, pois as necessidades humanas de habitação se satisfazem em escalas diversas, com integração progressiva das famílias, unidades cooperativas, unidades de vizinhança ou bairros, comunidade e cidade. (IX Congreso Panamericano..., 1955)

Em 1958 foi realizado em Bogotá, sob os auspícios do CINVA, o *Seminario de Técnicos y Funcionarios en Planeamiento Urbano*, que resultou num conjunto de recomendações “aos povos da América”, compilado na “*Carta de Los Andes*”, na qual se afirma a noção de que o planejamento territorial é indissociável das políticas habitacionais, sendo a ferramenta mais adequada para enfrentar os problemas regionais decorrentes do baixo nível de desenvolvimento econômico, social e cultural (Leme, 2019). A *Carta de los Andes*

¹⁹ Entende-se que, no âmbito dos CPAs, o urbanismo é entendido como atividade focada no próprio projeto da cidade, tendo suas origens no final do século XIX, enquanto o planejamento urbano compreende uma atividade mais ampla, multidisciplinar, que atua nos processos sociais, econômicos, políticos e culturais que constroem as cidades, tendo suas origens após a Segunda Guerra Mundial. Leme afirma que “ao analisar o *campo do urbanismo* e a *atividade de planejamento urbano e regional* no longo período dos anos 1930 ao início dos anos 1970, constata-se a ocorrência de alguns processos: a articulação, de forma gradativa e complementar, entre o campo do conhecimento e a prática profissional; a expansão do território abrangido pelos estudos, análises e propostas; a articulação entre os planos, as propostas e o Estado. (Leme, 2019, p.9, grifos nossos)

teve difusão significativa entre os urbanistas, sendo traduzida e publicada no Brasil em 1960²⁰.

O X CPA ocorreu em 1960, novamente em Buenos Aires, tendo como tema “O arquiteto frente aos problemas do habitar do homem”, reforçando mais uma vez a preocupação do campo para com a questão habitacional. As conclusões assinalam soluções consideradas fundamentais para o desenvolvimento total e planejado dos países americanos: subordinar a propriedade da terra rural ao interesse social mediante uma reforma agrária integral e uma reestruturação urbana que permita à comunidade dispor do solo urbano necessário para a localização e construção da moradia, à parte de toda condição especulativa; criar oficinas de planejamento locais que incorporem a promoção habitacional como único meio de preservar e fomentar o equilíbrio social (Gutiérrez; Tartarini; Stagno, 2007).

Em agosto de 1961 o presidente John Kennedy lançava oficialmente a “Aliança para o Progresso”. À parte a evidente tentativa estadunidense de impedir o avanço do comunismo pelo continente desde Cuba, de fato o programa proporcionou a incorporação de novas tecnologias construtivas aos projetos de habitação e em diversos países bairros residenciais extensivos foram edificados com recursos do programa, tais como Vila Kennedy e Vila Aliança no Rio de Janeiro (1965), Ciudad Kennedy em Bogotá, Colômbia (1961), Barrio Kennedy em Buenos Aires, Argentina (1963) e Colonia John F. Kennedy em Tegucigalpa, Honduras (1966). O conjunto de Bogotá se destaca por trazer a produção habitacional por ajuda mútua para o primeiro plano dos debates. Não é coincidência o fato de estar aí a sede do CINVA, que defendia a noção de “tecnologia apropriada”, com importantes iniciativas de projetos alternativos que incorporaram a experiência das populações envolvidas, promovendo a forma de produção urbana autoconstruída. A noção da participação do usuário no projeto habitacional alcançará maior repercussão no continente com a obra de John Turner, na década de 1960²¹, mas desde a década de 1950 era promovida pelos EUA²² em países subdesenvolvidos pela “*Housing and Home Finance Agency*” (Harris, 1998). No Brasil, porém, a participação popular no projeto e construção da habitação encontrará ambiente propício apenas na década de 1980.

E em 1965, após 45 anos desde o primeiro CPA, o XI encontro é realizado nos Estados Unidos, confirmando a preponderância estadunidense naquele momento. A produção habitacional era colocada em outro plano em função da conformação de um novo quadro político e socioeconômico, em que muitos países latino-americanos eram dominados por

²⁰ A publicação traz um prefácio escrito por Anhaia Mello que a descreve como “um dos três documentos que orientam o planejamento territorial”, ao lado da Carta de Atenas (1943), derivada do III CIAM, e da Charte d'Aménagement (1952), resultante da semana de estudos sobre ordenamento do território promovida pelo grupo Economie et Humanisme, em La Tourette, na França.

²¹ Em 1963 o número de Architectural Design, editado por Turner, leva o título “Dwelling resources in Latin America” (Recursos habitacionais na América Latina) e apresenta a noção do saber popular como instrumento efetivo para enfrentar a questão habitacional na América Latina.

²² De acordo com Richard Harris (1998) a teoria e prática da ajuda mútua foi desenvolvida nas décadas de 1940 e 1950 na “Housing and Home Finance Agency”, sobretudo, por Jacob L. Crane. Teria sido ele, inclusive, o responsável por sugerir no âmbito do programa “Point Four” (1949), estabelecido pelo presidente Truman, a ampliação das atividades no campo habitacional pelo e a noção da auto-ajuda como a melhor forma de atacar o problema.

ditaduras e o sistema cultural do pós-guerra começava a ser substituído por outro que questionava as bases do Movimento Moderno.

Ao final da década, como mostra Gorelik (2005a, p. 127) se verifica a impossibilidade de realização do “projeto desenvolvimentista como um projeto de encontro virtuoso entre o Estado, os técnicos e as necessidades sociais”. Ficava claro que a cultura técnica não encontrava o apoio almejado no Estado, não apenas porque vários países naquele momento achavam-se sob governos ditatoriais, mas, essencialmente, porque as classes interessadas na modernização, não estavam igualmente preocupadas em impor as transformações estruturais necessárias para o pleno desenvolvimento.

3 Considerações

Procuramos apresentar um quadro ampliado, embora não esgotado, sobre a articulação entre profissionais de arquitetura e urbanismo em torno do tema da habitação no continente americano, com especial ênfase para a América Latina, explicitando a importância da questão habitacional na constituição do campo. Além de atas de congressos e periódicos, trabalhos de referência ajudaram a relacionar estas discussões com a promoção de políticas e programas habitacionais em grandes cidades do continente, particularmente no Brasil e na Argentina, e compreender a relação entre Estado e profissionais, entre política e técnica, que culminaram na produção habitacional.

A partir do estudo sobre a circulação de ideias, particularmente nos CPAs, é possível afirmar que muitos temas em discussão eram comuns, podendo-se distinguir dois momentos particulares de discussão. Destacam-se até 1940 o próprio reconhecimento da habitação como questão e de sua função social no campo da arquitetura, a integração do projeto habitacional ao campo do urbanismo e a necessidade de produção massiva de moradias, temas que encontram recepção particularmente nos dois países destacados. No segundo pós-guerra, a América Latina aparece no centro dos debates profissionais do Ocidente como locus de análises de questões urbanas e regionais e da possibilidade de modernização e desenvolvimento através do planejamento integral dos espaços de moradia.

Aos representantes vanguarda arquitetônica vinculados ao aparato estatal nos anos 1930 coube a tarefa de romper com a ideologia (cultural) das elites liberal-agrárias, que buscavam na matriz academicista europeia o referencial para a produção da obra pública, superando-a e desenvolvendo uma nova visão atualizada ao projeto estatal modernizador (Gorelik, 2005b). A nova ideologia garantiu nos projetos estatais, não somente a variação da linguagem arquitetônica, como a admissão da habitação como questão social. Nos anos 1940 se consolidou a institucionalização da produção habitacional no Brasil e na Argentina, manifestada pela produção estatal indireta, através de subsídios à autopromoção da moradia, e direta, em grandes conjuntos habitacionais, onde se destaca a atuação de profissionais vinculados aos debates promovidos no período.

No Brasil pode-se admitir que a noção da função social da habitação foi colocada pelos profissionais inseridos no aparato estatal, tanto em funções técnicas, na concepção dos

projetos, quanto em funções administrativas²³. No primeiro caso, destacam-se os arquitetos Atílio Corrêa Lima e Carlos Frederico Ferreira, e no segundo, Alim Pedro, presidente do IAPI, e Rubens Porto, assessor técnico no MTIC, que defendem a industrialização e a construção de conjuntos habitacionais massivos e funcionais, como células de cidade²⁴. Na Argentina, é possível também considerar que os projetos habitacionais se vincularam à atuação de arquitetos junto do aparato estatal, especialmente porque traziam elementos que não estavam previstos oficialmente, sobretudo quanto à padronização de tipos construtivos e a grande quantidade de equipamentos coletivos, destacando-se Antonio Bonet, Jorge Ferrari Hardoy e Juan Kurchan, membros do Grupo Austral, principal responsável pela difusão do ideário moderno na Argentina²⁵.

Ao reconhecerem-se como agentes na sociedade, conforme se observa pelas resoluções dos CPAs, os arquitetos se colocaram como co-responsáveis pelas necessárias mudanças a serem efetuadas, sobretudo quanto aos projetos de habitação e cidade. Após a exposição e análise da circulação de ideias no continente e da formação do campo profissional no Brasil e na Argentina entre 1920 e 1965, acredita-se que a produção habitacional foi o espaço comum no qual Estado e Arquitetura se encontraram e se constituíram mutuamente.

Referências

- ABOY, Rosa. **Viviendas para el pueblo: espacio urbano y sociabilidad en el barrio Los Perales, 1946-1955**. Buenos Aires: Universidad de San Andrés; Fondo de cultura económica, 2005.
- ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce. **Estado, arquitetura e desenvolvimento: a ação habitacional do Iapi**. São Paulo: Editora Unifesp, 2016.
- ATIQUE, Fernando. “O Debate sobre Habitação nos Congressos Pan-Americanos de Arquitectos: 1920-1940” In: XI Encontro Nacional da Anpur. 2005, Salvador. **Anais [...]**. 2005.
- ATIQUE, Fernando. **Arquitetando a "Boa-Vizinhança": a sociedade urbana do Brasil e a recepção do mundo norte-americano, 1876-1945**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.16.2007.tde-19112010-154556>. Acesso em: 4 fev. 2025.
- BALLENT, Anahí. **Las huellas de la política: vivienda, ciudad, peronismo en Buenos Aires, 1943-1955**. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2005.

²³ Conforme Feldman (2008), a ampliação do aparelho estatal varguista incluiu a inserção de urbanistas, não apenas em cargos técnicos, mas também administrativos – diversos prefeitos e interventores indicados por Vargas depois de 1937 eram urbanistas.

²⁴ Ver, entre outros: CORRÊA LIMA, Atílio. “Conjunto Residencial da Várzea do Carmo I.A.P.I. S. Paulo” In: Revista Municipal de Engenharia PDF. Vol. 10, n.4, nov. 1942; PEDRO, Alim. O Seguro Social, a Indústria Brasileira, o Instituto dos Industriários: Relatório do Presidente do IAPI, período 1946 a 1951. Rio de Janeiro: IAPI, 1950; PORTO, Rubens. O Problema das Casas Operárias e os Institutos de Aposentadoria e Pensões. Rio de Janeiro: [s.n.], 1938.

²⁵ Ver, entre outros: LIERNUR, Jorge F; PSICHEPIURCA, Pablo. La red austral: obras y proyectos de Le Corbusier y sus discípulos en Argentina, 1924-1965. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes: Prometeo 3010, 2008.

BARROS, José D'Assunção. **História comparada**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BONDUKI, Nabil G. **Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade; FAPESP, 1998.

BONDUKI, Nabil G. **Os pioneiros da habitação social no Brasil: cem anos de construção de política pública no Brasil**. São Paulo: UNESP: SESC, 2014.

BOTAS, Nilce C. A. **Entre o progresso técnico e a ordem política: arquitetura e urbanismo na ação habitacional do IAPI**. Tese (Doutorado). FAU-USP, São Paulo, 2011.

CANTILLO, José María. “El Primer Congreso Panamericano de la Vivienda Popular”. **La vivienda Popular: Conferencias de los ciclos preparados por la Comisión Organizadora del Primer Congreso Panamericano de la Vivienda Popular**. Buenos Aires: s/e., 1939. p. 13-15.

CASTILLO, Ramón. “La vivienda y la acción del Estado”. **La vivienda Popular: Conferencias de los ciclos preparados por la Comisión Organizadora del Primer Congreso Panamericano de la Vivienda Popular**. Buenos Aires: s/e., 1939. p.9-12.

CIRVINI, Silvia Augusta. El ejercicio profesional de la arquitectura en el primer peronismo (1943–1955): Una relación comprometida entre el conflicto y la negociación. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, Vol. 23, N. 1, 2012. pp. 113-136. Disponível em: <http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/306>. Acesso em: 27 jun. 2017.

COLLADO, Adriana. “La vivienda popular: debates y teorías (1920-1940)” In: GUTIÉRREZ, Ramón. **La habitación popular bonaerense 1943-1955: Aprendiendo en la historia**. Buenos Aires: CEDODAL: Ministerio de Infraestructura y Vivienda, 2011. p. 29-34.

(II) CONGRESO PANAMERICANO de arquitectos. **Revista de arquitectura**. N. 34. Año VIII, p. 76-82, oct. 1923.

(III) CONGRESO PANAMERICANO de arquitectos: conclusiones definitivas. **Revista de arquitectura**. N. 80. Año XIII. p. 312-343, ago. 1927.

CONGRESO PANAMERICANO de arquitectos: Conclusiones de las comisiones. **Revista de Arquitectura**. N. 324. Año XXXII. p. 434-445, Dec. 1947.

(VII) CONGRESO PANAMERICANO de arquitectos. **Revista de Arquitectura**. N. 357, p.256, sept. 1950.

(IX) CONGRESO PANAMERICANO de arquitectos: Caracas/ Venezuela. **Actas**. Comitê Argentino/ Sociedad Central de Arquitectos: Buenos Aires, 1955.

FAUSTO, Boris. “Estado, Classe Trabalhadora e Burguesia Industrial (1920-1945): uma revisão”. **Novos Estudos**, n. 20, março de 1988.

FELDMAN, Sarah. **Instituições de urbanismo no Brasil na década de 1930: olhar técnico e dimensão urbano-industrial**. 2007. Tese de livre-docência. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, EESC-USP, São Carlos, 2008.

- FELDMAN, Sarah. Do Primer Congreso Panamericano de la Vivienda Popular (1939) ao Seminário de Habitação e Reforma Urbana (1963): Planejamento e habitação na Perspectiva da metrópole latino-americana. **URBANA**, V.6, nº 8, p.129-143, jun. 2014.
- FERRARI, Camila. Produção habitacional em grande escala em São Paulo e Buenos Aires: o aparato estatal e a atuação dos profissionais nas décadas de 1940 e 1950. Tese (Doutorado). São Carlos: IAU-USP. 2018. DOI:10.11606/T.102.2019.tde-26042019-125327.
- GORELIK, Adrian (a). A produção da ‘cidade latino-americana’. **Tempo Social: Revista de sociologia da USP**. (São Paulo), v. 17, n. 1, p. 111-133, 2005.
- GORELIK, Adrian (b). **Das vanguardas a Brasília**: cultura urbana e arquitetura na América Latina. Trad. Maria Antonieta Pereira. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- GUTIÉRREZ, R.; TARTARINI, J.; STAGNO, R. **Congresos panamericanos de arquitectos 1920-2000**: Aportes para su historia. Buenos Aires: CEDODAL: Federación Panamericana de Asociaciones de Arquitectos, 2007.
- HARRIS, Richard. The silence of the experts: “Aided self-help housing”, 1939-1954. **Habitat International**. Vol. 22, Issue 2, June 1998, pp. 165-189
- HUAPAYA ESPINOZA, José C. Reflexões sobre a forma urbana latino-americana: O aporte dos Congressos Pan-americanos de Arquitectos e da Sociedad Interamericana de Planificación, 1920-1976. **URBANA**, v. 7, p. 63, 2015.
- INFORMACIONES DEL PRIMER Congreso nacional de urbanismo. **Revista de arquitectura**. N. 173, Año XXI, p.217-218, Mayo 1935.
- LEME, Maria C. S. (org.) **Urbanismo e política no Brasil dos anos 1960**. São Paulo: Annablume, 2019.
- LOS CONGRESOS PANAMERICANOS. **Revista de arquitectura**. N. 79. Año XIII, pp.305-307, Jul. 1927
- MARTINS, Carlos A. F. **Arquitetura Moderna Brasileira em Contexto**: Uma Proposta de Revisão Historiográfica. Tese de Livre-Docência EESC-USP, São Carlos, 1998.
- PASTOR, José M. F. Areas residenciales. **Nuestra Arquitectura**. N. 10, pp. 360-366, oct. 1946.
- PINO, Patricia M. “La vivienda comunitaria, una opción del Estado” In: GUTIÉRREZ, Ramón. **La habitación popular bonaerense 1943-1955**: Aprendiendo en la historia. Buenos Aires: CEDODAL: Ministerio de Infraestructura y Vivienda, 2011. p. 113-122.
- PRIMEIRO CONGRESSO DE HABITAÇÃO. **Publicação oficial**. São Paulo, maio de 1931. São Paulo: Instituto de Engenharia, 1931.
- PRIMER CONGRESO PANAMERICANO de la vivienda popular. **Revista de arquitectura**. N. 226. Año XXV, pp. 507-512, Oct 1939.
- RIGOTTI, Ana María. **Las invenciones del urbanismo en Argentina 1900-1960**: inestabilidad de sus representaciones científicas y dificultades para su profesionalización. Rosario: UNR Editora A&P ediciones, 2014.

Ferrari, C.

A habitação como questão entre 1920 e 1965: circulação de ideias e conformação do campo nos Congressos Panamericanos de Arquitectos

SAMBRICIO, Carlos (ed.). **Ciudad y vivienda en America Latina 1930-1960**. Madrid: Lampreave, 2012.

ZANZOTTERA, Maria Guillermina. "La vivienda y la ciudad en el 1º Congreso Argentino de la Habitación Popular" In: **XIV Jornadas Interescuelas/ Departamentos de Historia**. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013. Disponível em: <http://cdsa.aacademica.org/000-010/417.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2025.